

O Museu do Amanhã e as políticas Culturais de revitalização da região portuária do Rio de Janeiro ¹

*Sura Souza Carmo*²
*Ranielle Menezes de Figueiredo*³

Resumo

O presente trabalho apresenta o Museu do Amanhã no âmbito das Políticas Culturais, como um equipamento de difusão cultural que busca auxiliar na revitalização da região portuária do Rio de Janeiro e oferecer um espaço para diálogo sobre questões contemporâneas que envolvem cidadania e sustentabilidade. A proposta do Museu do Amanhã tem como principal objetivo realizar a requalificação do espaço a partir de interlocuções e interação com as comunidades circunvizinhas, a partir de discursos que visam compreender como a ação e participação dos visitantes podem transformar os amanhãs que existem, entendendo que a construção desse lugar no tempo, o amanhã, começa aqui e agora a partir das nossas atitudes e reflexões sobre as consequências delas. Para tal, é necessário que exista uma participação efetiva da população local, dos visitantes e turistas. Essa característica é de suma importância, pois só a partir dela o museu proporcionará o desenvolvimento local sob a perspectiva sustentável.

Palavras-chave: Políticas Culturais; sustentabilidade; comunidade; Rio de Janeiro.

Insira aqui o(s) título(s) do corpo do trabalho

A criação do Museu do Amanhã está relacionada de maneira estreita as Políticas Culturais que são entendidas como um direito básico do cidadão, definidas por condições locais e internacionais. O Direito a Cultura está presente na Constituição Federal, Art. 5º, no rol dos direitos e garantias fundamentais, na Lei nº 12.343/2010 que cria o Plano Nacional de Cultura, além de Constituições de Estados e Leis Orgânicas de Municípios. Várias responsabilidades são atribuídas a União, ao Estado e aos Municípios.

¹ Trabalho apresentado no II Simpósio Internacional de Gestão da Comunicação, Cultura e Turismo (SINCULT 2017), realizado em Salvador, Bahia, Brasil, dias 30 de novembro, 1 e 2 de dezembro de 2017.

² Professora efetiva da Universidade Federal de Sergipe. Mestre em História pela Universidade Federal de Sergipe com Graduação em Museologia pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

³ Professora Substituta da Universidade Federal de Sergipe. Mestre em Ciências Museologia e Patrimônio pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro com Graduação em Museologia pela Universidade Federal de Ouro Preto.

Os Direitos Culturais são considerados Direitos Humanos constando em diferentes Convenções e Tratados de Direitos Humanos. São convenções relacionadas especificadamente à cultura: Convenção de Berna para a Proteção das Obras Literárias e Artísticas (1886); Convenção Internacional para Proteção aos Artistas Intérpretes ou Executantes, aos Produtores de Fonogramas e aos Organismos de Radiodifusão (1961); Convenção Universal sobre Direito de Autor (1952); Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (ADPIC) (1994); Convenção de Haia para a proteção de bens culturais no caso de conflito armado (1954); Convenção sobre a Proibição do Tráfico Ilícito de Bens Culturais (1970); Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (1972); Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003); Convenção da Diversidade Cultural (2005).

Apesar de a cultura ser compreendida com um direito que pode ser promovido por diversas esferas do poder público, durante muito tempo esteve ausente das propostas dos governantes brasileiros, por influência de uma herança portuguesa de ausência de fomento a educação e cultura ao longo da colonização e do Império. Apenas para exemplificação, no Brasil, as primeiras universidades foram criadas apenas no século XIX, enquanto que na Nova Espanha, atual México, datam deste o século XVI (GRUZINSKI, 2014). No Brasil, pode ser considerado como um marco inicial das políticas culturais no Brasil a criação do Departamento de Cultura da prefeitura da cidade de São Paulo em 1935, gerido por Mário de Andrade, que na mesma época escreveu o anteprojeto para a criação do SPHAN. Para Albino Rubim (2001) são inovações propostas por Mário de Andrade:

- 1) Estabelecer uma intervenção estatal sistemática abrangendo diferentes áreas da cultura;
- 2) Pensar a cultura como algo “tão vital como o pão”;
- 3) Propor uma definição ampla a cultura que extrapola as belas artes, sem desconsiderá-las e que abarca, dentre outras, as culturas populares;
- 4) Assumir o patrimônio não como material e associado as elites, mas também como imaterial e pertinente aos diferentes segmentos da sociedade;
- 5) Patrocinar duas missões etnográficas à região amazônica e ao Nordeste para pesquisar e documentar seus significativos acervos culturais (RUBIM, 2001, p.20).

Contudo, a maioria das ações do Departamento de Cultura do Estado de São Paulo estava voltada, sobretudo, para o divertimento da elite. De acordo com Patrícia Raffaini associações operárias realizavam diversões públicas, entendido na época como “divertimento popular, como teatros, sociedades dançantes, circos, parques de diversões, campos de futebol, entre outros” além de criarem cursos e bibliotecas, reunindo moradores dos bairros, muitas vezes, imigrantes (RAFFIANI, 2001, p.32-33). Entretanto, essas associações passaram a ser alvo do controle e arrecadação de impostos, sendo incentivadas outras formas de divertimentos, como as apresentações de companhias famosas no Teatro Municipal a preços nada modestos. Projetos como a Rádio-Escola “que deveria informar notícias de interesse público” tiveram pouco êxito (RAFFAINI, 2001, p.46).

As propostas integradoras e multiculturais de Mário de Andrade para a cultura e o patrimônio brasileiro podem ser percebidas de maneira mais clara no Anteprojeto de 1936, criado para o SPHAN, contudo, demoraram décadas para se concretizarem. Os governantes do Brasil, para Albino Rubim, passaram muito tempo controlando e censurando a cultura. Para Rubim, as ditaduras “do Estado Novo e do regime militar foram emblemáticas na perspectiva em que realizam, paradoxalmente, potentes intervenções em políticas culturais em contextos de repressão e violência, inclusive contra a comunidade cultural” (RUBIM, 2001, p.13). A redemocratização do Brasil, a Constituição Cidadã e as demais leis de incentivo a cultura propiciaram uma mudança significativa no campo cultural no Brasil, de maneira lenta e gradual, nas últimas décadas.

De acordo com as metas do Plano Nacional de Cultura, a cultura deve ser compreendida nas dimensões simbólicas, cidadã e econômica. A dimensão simbólica pretende valorizar os símbolos diversos produzidos de maneira individual ou coletiva; a dimensão cidadã busca compreender a cultura como um “direito básico do cidadão”, a partir de “mecanismos de promoção social, formação, relação da cultura com a educação, promoção da livre expressão e salvaguarda do patrimônio e da memória”; e a dimensão econômica que pensa a cultura como mecanismo de desenvolvimento econômico, justo e sustentável (PNC, 2012, p.16-18). Dessa forma, a cultura toma um

novo significado, ou seja, como válvula propulsora do desenvolvimento econômico e social. Lia Calabre discorre sobre os aspectos atuais da cultura:

[...] ocorre hoje, em nível mundial, um processo de valorização cada vez maior do papel de cultura nas sociedades em um mundo globalizado. Os processos culturais vêm sendo considerados importantes, seja como fontes de geração de renda e emprego, seja como elementos fundamentais nas configurações do campo da diversidade cultural e da identidade nacional. Os diálogos no campo das políticas culturais devem ocorrer nas mais diversas direções, entre os tempos e os espaços geográficos, entre as diferentes formas de ver e de fazer (CALABRE, 2005, p.19).

Os museus podem ser entendidos como ferramentas de difusão cultural ou equipamentos culturais, de direito à informação, à comunicação e de diversidade cultural, sobretudo, as instituições que se alinham a Museologia Social. O palco das políticas culturais ampliou-se, sendo o Museu do Amanhã e a revitalização do seu entorno uma política cultural que visa valorizar um espaço na cidade do Rio de Janeiro que estava esquecido.

Políticas culturais, Museu do Amanhã e seu entorno

O Museu do Amanhã parte de um olhar para os próximos cinquenta anos, seu acervo são as possibilidades de amanhã, entendendo que essa construção começa aqui e agora, hoje é o lugar da ação. Seu circuito expositivo foi construído a partir de cinco grandes áreas- Cosmos, Terra, Antropoceno, Amanhã e Nós. Trata-se de um conjunto de experiências e vivências, que possibilita "viagens no tempo", nas memórias, na unidade e nas multiplicidades, a exposição vai "brincando" com a ideia de micro e macro, pois, ao mesmo tempo em que o cosmo é tudo que existe ao nosso redor ele também está dentro de nós. São propostas de reflexões internas e externas, o grande objetivo é nos tirar da zona de conforto, nos fazer refletir sobre as nossas ações e suas relações diretas com o universo.

Desenvolvido por um conjunto de consultores de diversas áreas, o museu possui vários circuitos interativos, que foram criados por meio da utilização de dispositivos eletrônicos. Todo o roteiro expositivo foi pensado como uma experiência imersiva, sensorial e poética. Trata-se de um museu de mudanças e questionamentos, o

percurso narrativo foi norteado através de cinco perguntas: De onde viemos? Quem somos? Onde estamos? Para onde vamos? Como queremos ir?

O Museu do amanhã foi construído com o intuito de ser um organismo vivo, com atualizações constantes, buscando garantir experiência única para cada visitante. Tendo em um ano de funcionamento atingido a marca de mais de 1,3 milhão de pessoas, se tornando o museu mais visitado do país (MUSEU DO AMANHÃ, 2016).

No entanto, um dos grandes desafios enfrentados pelo Museu são as ações de aproximação com os moradores dos bairros de Santo Cristo, Gamboa e Saúde e dos morros da Conceição, Pinto, Providência e Livramento - os “vizinhos do amanhã”. Todos estes bairros fazem parte da zona Portuária do Rio e estão inseridos em uma Área de Especial Interesse Urbanístico⁴ (AEIU) da Região do Porto do Rio, delimitada pela Lei Complementar no 101, de 23/11/2009, que também institui a Operação Urbana Consorciada (OUC), compreendendo um conjunto de:

Intervenções coordenadas pelo Município e demais entidades da Administração Pública Municipal, com a participação de proprietários, moradores, usuários e investidores, com o objetivo de alcançar transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e valorização ambiental (Art. 1).

O problema é que instrumentos como esse de ações urbanas, por exemplo, são apresentados como um interesse vinculado à promoção de revitalizações, no entanto, o que acontece muitas vezes é a criação de novas frentes de investimento para o capital privado e a geração de novos espaços residenciais para a classe média, em detrimento da população mais pobre (LIMA, 2013). Hugues de Varine, em seu livro *As raízes do Futuro: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local* coloca que:

O patrimônio sob suas diferentes formas fornece o **húmus**, a terra fértil necessária ao desenvolvimento. O desenvolvimento não se faz “fora do solo”. A natureza e a cultura são vivas, enquanto pertencem a uma população da qual constituem o patrimônio. Elas morrem muito

⁴ Segundo o Plano Diretor, a AEIU é uma área submetida a regime urbanístico específico, em que envolve a implementação de políticas públicas de desenvolvimento urbano e formas de controle que prevalecerão sobre os controles definidos para as Zonas e Subzonas que a contém. A Área de Especial Interesse Urbanístico é aquela destinada a projetos específicos de estruturação ou reestruturação, renovação e revitalização urbana (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2009).

depressa quando são apropriadas e codificadas por especialistas externos à população (VARINE, 2012, p.18).

O autor defende ainda, que a ideia do desenvolvimento local, de forma sustentável, só se faz em conformidade com o patrimônio, através de uma sintonia entre a população local e os proprietários, sejam eles proprietários privados ou públicos, pois só dessa maneira o patrimônio se mantém vivo e dinâmico, projeta-se o futuro através dele, que se multiplica, renova-se, ou seja, patrimônio gerando patrimônio.

O problema da continuidade cultural de nossas comunidades se coloca desde o momento em que o desenvolvimento se pretenda sustentável e, capaz de continuar além de seus promotores iniciais ou das circunstâncias de seu lançamento. O discurso dos profissionais do desenvolvimento local é diferente: o caráter sustentável, ou durável, de uma estratégia, de um programa, de uma ação, repousa em princípio na capacidade das populações de se identificarem com o projeto inicial, de se mobilizarem por ele, de nele participarem voluntariamente e coletivamente; portanto de nele investirem (VARINE, 2012, p.38).

Dentro desse escopo dos usos do patrimônio tem-se com grande manancial, os museus, que é “em todos os países, a mais representativa do patrimônio e da ação sobre o patrimônio” (VARINE, 2012, p.171). Pois bem, percebe-se que os museus são de suma importância dentro da proposta do desenvolvimento local, entretanto o museu contemporâneo precisa ser herdeiro dos conceitos propostos pela nova museologia. Mas de que forma isso seria feito?

Para Varine (2012, p. 20) “O desenvolvimento local é um processo voluntário de domínio da mudança cultural, social e econômica, enraizado no patrimônio vivido, nutrindo-se deste patrimônio e produzindo patrimônio” (VARINE, 2012, p. 20). O autor ainda coloca esse termo e o explica apontando que muitas das análises partem somente de um ou de outro lado por diversos especialistas (políticos, universitários, tecnocratas...). Dessa forma, ao se falar em desenvolvimento local, pensa-se pelo viés econômico, o “desenvolvimento econômico local” geração de empregos, renda, empresas, etc. (VARINE, 2012, p. 17).

Hugues de Varine ainda aborda a questão econômica pelo viés do “desenvolvimento social”, enfatizando problemas como saúde, habitação, segurança, problemas de mazelas sociais em geral. Apontando ainda que especialistas do

patrimônio como historiadores, arquitetos, conservadores, agentes turísticos, dentre outros falam de “desenvolvimento cultural”, mas partem da prerrogativa da conservação, restauração, pesquisa, atratividade, beleza, transformação de espaços em museus, centros culturais, galerias de arte, etc.

Não há um diálogo entre essas esferas de profissionais das suas áreas de atuação e o patrimônio é encarado sob perspectivas segmentadas. O que Varine propõe então, é desenvolvimento local, que encara a três partes acima citadas de forma sinérgica. Assim o desenvolvimento local se torna sustentável. Um dos artifícios para tanto são os museus enquanto agentes desse desenvolvimento. Georgina Decarli vem então com o conceito do “museu sustentável”:

Un Museo Sostenible es toda institución que realiza actividades de investigación, preservación, comunicación y reactivación del patrimonio através de una moderna gestión museológica adecuada a los requerimientos de su entorno; y que con el fin de generar un desarrollo local sostenible y beneficios para el museo, lleva a cabo conjuntamente con miembros de las comunidades, proyectos y actividades de preservación activa ejerciendo un usufructo responsable de los recursos patrimoniales (DECARLI, 2004, p. 13).

As duas conceituações conectadas permitem abordar o desenvolvimento local, através das instituições museológicas, de forma sustentável, gerando ganhos para o museu, a população local e os visitantes. Para prosseguir, abre-se um espaço para falar a respeito do museu e a sua capacidade de gerar experiência, ou seja, a capacidade do museu em chamar o público (população local, visitantes e turistas). Essa característica é de suma importância, pois a partir dela o museu proporcionará o desenvolvimento local sob a perspectiva sustentável.

Nesta perspectiva, uma das primeiras ações desenvolvidas pelo Museu do Amanhã, antes mesmo da sua inauguração, foi uma aproximação e organização de reuniões e visitas com os vizinhos, para que pudessem ser os primeiros a conhecer os seus espaços. Próximo às obras do museu ficaram, na praça Mauá, tendas para realização de cadastro dos interessados em visitar o museu, que ganharam uma carteirinha que garante acesso permanente e gratuito ao espaço, visando uma participação e aproximação dos moradores locais também foram realizadas visitas guiadas à obra do museu. No relatório do ano de 2016 o Museu tinha cadastrado 2.194 vizinhos, no entanto esta é apenas uma semente inicial, é necessário que sejam

formuladas políticas culturais e/ou propostas desenvolvidas tanto pela administração pública, organizações não-governamentais e empresas privadas, visando a promoção e participação da sociedade através da cultura.

Isaura Botelho (2001, p. 74) expõe duas dimensões da cultura que deveriam ser consideradas alvos das políticas culturais. A primeira é uma dimensão antropológica, em que a cultura é produzida através da interação social, onde os indivíduos constroem seus modos de pensar, sentir e seus valores, criando pequenos mundos que podem ser determinados pelas suas origens regionais, interesses profissionais, de geração, etc. Essa construção permite um equilíbrio e uma estabilidade no convívio social. "Para que a cultura, tomada nessa dimensão antropológica, seja atingida por uma política, é preciso que, fundamentalmente, haja uma reorganização das estruturas sociais e uma distribuição de recursos econômicos" (p.74). Esta perspectiva apresenta-se como grande desafio para o alcance dos gestores da cultura.

Aqui se fala de hábitos e costumes arraigados, pequenos mundos que envolvem as relações familiares, as relações de vizinhança e a sociabilidade num sentido amplo, a organização dos diversos espaços por onde se circula habitualmente, o trabalho, o uso do tempo livre, etc. (BOTELHO, 2001, p. 74)

Já a dimensão sociológica, não se constitui no plano do cotidiano do indivíduo, existe uma intenção direta de se produzir determinados sentidos buscando atingir certo público.

Para que essa intenção se realize, ela depende de um conjunto de fatores que propiciem, ao indivíduo, condições de desenvolvimento e de aperfeiçoamento de seus talentos, da mesma forma que depende de canais que lhe permitam expressá-los (...) Neste espaço, tais políticas podem ter uma ação efetiva, pois se está falando de uma dimensão que permite a elaboração de diagnósticos para atacar os problemas de maneira programada, estimar recursos e solucionar carências, através do estabelecimento de metas em curto, médio e longo prazos (BOTELHO, 2001, p. 74).

Sendo assim, as políticas culturais, separadamente, não conseguem atingir o plano cotidiano. É necessário que se crie uma conexão capaz de penetrar as dimensões sociológicas da cultura. Para além do aparato institucional do Estado, as políticas culturais podem ser realizadas por inúmeros setores e agentes sociais, inclusive atuando

em conjunto. Refletir sobre as características socioculturais do Brasil, já nos leva a um desafio na prática de cultura e políticas culturais.

Pensando nas particularidades socioculturais do Brasil, os diversos agentes que interagem no campo cultural possuem muitos desafios na elaboração e na prática de políticas culturais. Ou seja, a ação sociocultural é, em sua essência, ação micro que tem no município a instância administrativa mais próxima desse fazer cultural (BOTELHO, 2001, p. 6).

É fundamental que as políticas culturais rompam com as fronteiras da dimensão sociológica da cultura. O museu, a praça, a rua e seu entorno, de uma maneira geral, tornam-se equipamentos de difusão cultural. Para Hamilton Faria:

Os urbanistas descobriram que a rua é o reino da comunidade. Podemos dizer que ela é o lugar por excelência das manifestações culturais da comunidade. Sem negar os “templos culturais”, ou seja, o centro cultural, a casa de cultura, o museu, a escola, a biblioteca ou o teatro, lugares já consagrados do acontecimento cultural, as políticas culturais devem olhar para as gentes e buscar propostas de realização mais próximas delas (FARIA, p.40).

Neste contexto algumas ações vem sendo pensadas dentro do Museu do Amanhã, visando este envolvimento e participação direta da comunidade dos órgãos públicos e de instituições privadas, tais como: Elaboração e implantação de um programa dedicado ao público da região portuária; o desenvolvimento de articulação com a Secretaria de Educação (municipal e estadual) para viabilizar a visitação escolar programada; a implantação de um programa educativo e de atendimento ao público incluindo roteiros de visitação aos diversos públicos; elaborar e implantar atividades fora do museu, com a comunidade.

Dentro do cenário institucionalizado o museu vem exercendo uma importante contribuição com o programa Mauá 360, um programa que foi idealizado pela equipe de Relações Comunitárias do Museu.

Em sua primeira edição, possibilitou a formação de jovens moradores da Região Portuária e educadores. Os participantes aprofundaram seus conhecimentos com um olhar 360º sobre a cidade do Rio de Janeiro, tendo como ponto de partida a estátua do Barão de Mauá, no centro da praça de mesmo nome. O seminário inaugural recebeu mais de 1.000

inscritos, somente nos três primeiros dias. Foram realizados ao todo oito encontros/ aula, com uma média de 210 participantes, jovens moradores da Região Portuária. (MUSEU DO AMANHÃ, 2016, p. 37)

Os museus precisam eclodir dos seus casulos, se expandir, se fazer presente nas comunidades ao seu redor, buscando a participação ativa dos moradores, enquanto fomentadores da cultura. Isso se dá por meio da criação de ações educativas feitas com e por eles, e não apenas algo imposto pela instituição. O primeiro passo é buscar entender quais são as reais necessidades, o que já está sendo pensando? como é possível ampliar e estreitar estas relações? São perguntas iniciais que só poderão ser respondidas após um amplo debate e participação, esse tipo de ação nos mostra o grande potencial das ações educativas. A participação da comunidade é fundamental e apenas possível quando esta se reconhece no Museu e vê nele uma extensão e representação de sua própria cultura.

Referências bibliográficas

BRASIL. Ministério da Cultura. *As metas do Plano Nacional de Cultura*. / Brasil. Ministério da Cultura. Apresentação de Ana de Hollanda e Sérgio Mamberti. – São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012.

_____. *Lei Complementar nº 101, de 23/11/2009*. Modifica o Plano Diretor, autoriza o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio e dá outras providências. 2009. Disponível em < <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/f25edae7e64db53b032564fe005262ef/b39b005f9fdbe3d8032577220075c7d5?OpenDocument>>. Acesso em: dia 28 de set. de 2017.

BOTELHO, Isaura. *Dimensões cultura e políticas públicas*. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n2/8580.pdf>>. Acesso em: 26 de set, 2017.

CALABRE, Lia. Política cultural no Brasil: um histórico. In: CALABRE, Lia (Org.). *Políticas culturais: dialogo indispensável*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

DECARLI, Georgina. *Um Museo Sostenible: museo y comunidad em La preservación activa de sú patrimônio*. Costa Rica: Oficina de la UNESCO para America Central, 2004. Disponível em < <http://www.bibliojuridica.org/libros/6/2793/1.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2012.

FARIA, H. Políticas Públicas de Cultura e Desenvolvimento Humano nas Cidades. In: BRANT, L. (Org.). *Políticas Culturais – Volume I*. São Paulo: Manole, 2002. p. 35-51.



GRUZINSKI, Serge. *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Edusp, 2014.

LIMA, Amanda Cavaliere. *Dilemas e contradições da “revitalização” de áreas centrais e zonas portuárias: Uma análise à luz dos diferentes produtores do espaço urbano na Zona Portuária do Rio de Janeiro / Amanda Cavaliere Lima*. – 2013.

MUSEU DO AMANHÃ. *O Amanhã é hoje: Um giro pelos primeiros 365 dias*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <<https://museudoamanha.org.br/sites/default/files/O%20Amanhã%20é%20hoje.pdf>> Acesso dia 28 de set. 2017.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. *Proposta do Poder Executivo para Revisão do Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro– 2009*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano. Disponível em <<http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/139339/DLFE-241270.pdf/Relatorio2009PropostadePoliticaUrbanaparte3.pdf>> Acesso 28 de set. 2017.

RAFFAINI, Patrícia Tavares. *Esculpindo a cultura na forma Brasil: o Departamento de Cultura de São Paulo (1935-1938)*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/USP, 2001.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (Org.). *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: EDUFBA, 2007.

_____. *As políticas culturais e o governo Lula*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abamo, 2001.

VARINE, Hugues de. *As Raízes do Futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Trad. Maria de Lourdes parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.